Publicado em 21 de novembro de 2016, às 09h59min

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO IFES: UMA CONSTRUÇÃO PARTIC**

**Felipe Pereira Gonçalves**

**Resumo: Este estudo apresenta uma análise dos diversos problemas educacionais e do real papel da educação, ambos alvos de constante e ampla discussão na sociedade pós-moderna. Para compreender melhor esta discussão, se faz necessário buscar mecanismos, por meio de um esforço coletivo, que viabilize a construção de uma escola pública que eduque de fato para o exercício pleno da cidadania e seja instrumento real de transformação social. A problemática deste estudo em questão, consistiu em apresentar aviabilidade da construção de um Projeto Político-Pedagógico (PPP) elaborado com a participação de todos os atores envolvidos na comunidade escolar de uma Instituição de Educação Técnica, destacando-se o papel social da escola e a melhor forma de organização do trabalho pedagógico. O objetivo principal foi à proposição da elaboração de métodos para implementar um sistema de ações estratégicas planejadas para desenvolver um PPP com a participação de todos os segmentos escolares do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), diretores, docentes, técnicos administrativos, alunos e pais de alunos, a partir de uma pesquisa de campo realizada na própria instituição. O estudo foi realizado por meio de observação social, pesquisa-ação e uma revisão bibliográfica quali-quantitativa aliada a uma pesquisa de campo, no IFES de Vitória/ES. Os resultados mostraram a necessidade de implantação de um PPP com a participação de todos os segmentos do IFES em questão. Conclui-se que existe viabilidade para implantação do PPP com a participação de todos os atores envolvidos na comunidade escolar.**

**Palavras-chave**: Projeto político-pedagógico. Planejamento. Ações estratégicas. Gestão escolar.

**PROJECT POLITICAL PEDAGOGICAL: THE CONSTRUCTION PARTICIPATORY**

**Abstract:**This study presents an analysis of the various educational problems and the real role of education, considering that are the subject of extensive discussion in postmodern society. To better understand this discussion it is necessary to find mechanisms through a collective effort, which facilitates the construction of a public school that educates in effect for the full exercise of citizenship and be real instrument of social transformation. The issue consisted of: to present the feasibility of building a political-pedagogical project (PPP) prepared with the participation of all stakeholders in the school community of a technical education institution, highlighting the school's social role and the best way organization of pedagogical work. The main objective was to propose the development of methods to implement a system of strategic actions planned to develop a PPP with the participation of all school segments of the Federal Institute of the Holy Spirit (IFES), principals, teachers, administrative staff, students and parents students, from a field research within the institution. The study was conducted through social observation, action research and qualitative and quantitative literature review combined with field research, in Vitória/ES IFES. The results showed the need for implementation of a PPP with the participation of all segments of the IFES in question. We conclude that there is feasibility for PPP implementation with the participation of all stakeholders in the school community.

**Keywords:** Political-pedagogical project. Planning. Strategic actions. School management.

**INTRODUÇÃO**

Todo PPP dever ser entendido como uma organização global de todas as ações de uma instituição educativa, compreendendo direcionamento, pedagógicas, administrativo e financeiro. Trata-se de um utensílio que busca a promoção da meditação crítica e constante a respeito das práticas das formas, dos valores, da imagem institucional e da cultura organizacional. Sabe-se, que a democracia, como meio para a construção da liberdade em sua dimensão histórica, faz parte dessa herança cultural, tendo em vista, que a democracia é entendida como processo vivo que perpassa toda a vida dos indivíduos, laborando na confluência entre o ser humano singular e sua necessária pluralidade social, ela se mostra imprescindível tanto para o desenvolvimento pessoal e formação da personalidade individual, quanto para a convivência entre grupos e pessoas e a solução dos problemas sociais, colocando-se, portanto, como componente incontestável de uma Educação de qualidade.

Sendo assim, o processo de participação de todos na elaboração do PPP é uma forma de democracia, pois ao ser construído de forma participativa, o PPP pode possibilitar o resgate humano, científico e libertador do planejamento. E, nesta perspectiva emancipatória, o PPP tem por finalidade promover mudanças nas visões e nas práticas cotidianas, desenhando diretrizes reverenciadoras da caminha educativa.

A caminhada pelo mundo da Educação formadora para o trabalho compreende as transformações ocorridas nas últimas décadas e, ao mesmo tempo, nos levar a refletir sobre o papel da Educação neste cenário, tendo como objetivo elaborar uma proposta de PPP que inclua Educação problematizadora para a Educação técnica que, com base nos ensinamentos de Freire (1987), proporcionarem ao trabalhador não somente competência tecnológica, mas uma formação que alie criticidade, ética e sensibilidade aos processos sociais, o seja, uma Educação que proporcione uma preparação para o enfrentamento de crescente complexidade e permanente mudança.

Nesse contexto, surge o questionamento junto aos educadores e demais agentes escolares: qual a viabilidade da construção de um PPP elaborado com a participação de todos os atores envolvidos na comunidade escolar de um Instituto de Educação Técnica, - IFES, Vitória/ES -, destacando-se o papel social da escola e a melhor forma de organização do trabalho pedagógico?

O presente trabalho de pesquisa tem por objetivo principal propor a elaboração de métodos para implementar um sistema de ações estratégicas planejadas para desenvolver um PPP com a participação de todos os segmentos escolares do IFES, diretores, docentes, técnicos administrativos, alunos e pais de alunos, a partir de uma pesquisa de campo realizada na própria instituição. Para melhor atender ao objetivo do estudo, especificamente, propõe-se: elucidação breve da trajetória da instituição de ensino profissionalizante à luz das políticas públicas; investigação da participação dos atores dos seguimentos escolares na discussão e elaboração do PPP e a proposição e elaboração de uma proposta de PPP que inclua Educação problematizadora para a Educação técnica que, com base nos ensinamentos do autor Paulo Freire.

O estudo se justificativa na medida em que a participação de todos na elaboração de um PPP é uma ação humana transformadora, resultado de um planejamento dialógico, resistência e alternativa ao projeto de escola e de sociedade burocrático, centralizado e descendente. É movimento de ação-reflexão-ação, o qual enfatiza o grau de influência que as decisões tomadas na escola exercem nos demais níveis educacionais. Esta, ao iniciar a construção do seu projeto, inicia um processo de formação continuada da comunidade escolar, demanda que vai surgindo de forma mais evidente dada às características, desse trabalho que, por esse motivo, é, em si mesmo, político-pedagógico e formativo.

Aprende-se fazendo e, ao se fazer; aprende-se a (re) aprender. O conjunto dessas (re) aprendizagens, reflexões, ações e relações, somadas ao trabalho pedagógico, administrativo, financeiro e comunitário da escola, tudo registrado como resultado da leitura do mundo deve ser traduzido na forma de princípios, diretrizes e propostas de ação. E isso possibilita estruturar o PPP da escola, bem como organizar ou reorganizar o seu currículo.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: a seção 2 descreve os dados e a análise dos resultados alcançados pelo estudo e na seção 3 encontram-se as considerações finais do estudo, com as principais conclusões, limitações e sugestões de pesquisas futuras.

**PERCURSO METODOLÓGICO**

O estudo foi realizado no IFES instituição de educação destinada à formação de profissionais aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação, a especialização, o aperfeiçoamento e a atualização do trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos, a qualificação, a reprofissionalização e a atualização de jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho (BRASIL, 1997).

**RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O estudo foi realizado entre janeiro de 2006 a julho 2008, com 270 entrevistados de todos os segmentos escolares do IFES, diretores, docentes, técnicos administrativos, alunos e pais de alunos. A análise do gênero demonstrou a predominância do sexo masculino, 57%. Analisando a faixa etária dos participantes da pesquisa da diretoria executiva, observou que a faixa de 41 a 50 anos apresenta a maior concentração dos entrevistados; dos docentes, a maior parte dos entrevistados estão na faixa etária dos 51 a 60 anos de idade; os técnicos administrativos a maior incidência foi observada entre 41 e 50 anos de idade; os alunos, na sua maioria absoluta estão na faixa etária de menos de 30 anos de idade. Neste estudo, a maior parte dos entrevistados (diretores, docentes e técnicos) alegaram ter mais de 10 anos de serviço e menos de 26 anos de serviços. A instrução da população pesquisada, desdobrou-se em: 10% informaram ter doutorado, 24% informaram ter mestrado, 37% fizeram especialização, 17% finalizaram a graduação e 12% alegam ter ensino médio. Dos alunos entrevistados 62% cursam outros cursos oferecidos pelo IFES, entretanto, não os especificaram; 14% cursaram os cursos de Mecânica e Metalurgia e 10% o curso de Eletrotécnica. E, 50% destes alunos estão cursando o quarto semestre do curso.

No que diz respeito à autonomia, 43% da população da diretoria afirmam ter total autonomia para execução de suas tarefas e 57% disseram que esta autonomia é parcial. Quanto aos docentes entrevistados, 43% acham que a diretoria executiva tem total autonomia, enquanto 57% deles concordam que a autonomia dos diretores executivos é parcial. Quanto aos técnicos administrativos, 36% consideram total a autonomia dos diretores executivos e 62% responderam que é apenas parcial. No segmento dos alunos, 36% responderam que a diretoria executiva tem total autonomia em seus trabalhos e 76% concordam ser parcial a autonomia da diretoria. Vasconcelos (2002, p. 71) diz que “[...] é necessário analisar cuidadosamente a questão da autonomia das escolas considerando a forma com que vem sendo pretendida e quanto a sua possibilidade real de sucesso”, ou seja, de as escolas assumirem, conscientemente, as consequências decorrentes da autonomia utilizando-a para a construção de um PPP, que refletia as condições concretas do seu contexto mediato e imediato, e que consiga dar à educação o sentido de uma prática social que beneficie as camadas populares da sociedade.

Com relação à execução do PPP, 100% dos membros da direção entrevistados informaram que sim; 35% dos docentes afirmaram que sim, 25% disseram que não e 32% não sabem da existência do PPP; 26% dos técnicos administrativos concordam com a diretoria executiva, 15% informaram que não executam o PPP, 53% não sabem informar e 6% não sabem a existência do PPP; 14% dos alunos disseram sim, 19% não e 53% revelaram não saber da existência do PPP no IFES. Vasconcelos (2002) salienta que em muitas escolas o PPP não é feito de forma participativa e acaba não se concretizando, ou negando-se enquanto instrumental para a vivência democrática e ou a conquista da autonomia da escola.

No que diz respeito à organização do PPP do, 14% da diretoria responderam ser excelente, 29% afirmaram ser ótima, 29% informaram ser boa e 28% disseram ser regular. 1% dos docentes afirmaram ser excelente, 33% alegaram ser boa, 51% disseram ser regular e 15% responderam que não sabem da existência desta organização. 8% dos técnicos administrativos revelaram que a organização é ótima, 38% alegaram ser boa, 30% informaram ser regular e 22% informaram não existir organização. Para os alunos: 24% responderam ser boa, 45% disseram ser regular, 29% responderam não existir organização. Chiavenato (2003, p.57) diz que “[...] O princípio da divisão do trabalho da fábrica e a hierarquização de funções parece ser a lógica da organização”. Sendo assim, na medida em que existe descentralização existe a possibilidade de desenvolver um trabalho coletivo.

Quando indagados acerca da participação na elaboração do PPP, as respostas foram heterogêneas, 57% dos diretores responderam que participam muitas vezes, 29% informaram que sempre participam e 14% alegam não saber da existência do PPP. Os docentes informaram que participam algumas vezes 43%, os técnicos administrativos, disseram que não saber da existência do PPP 32%, disseram que participam algumas vezes, 34%. Os alunos, 56% responderam que no IFES não existe PPP e 40% disseram que participam algumas vezes. De acordo com Veiga (2002 p. 15): “Para que a construção do projeto político pedagógico seja possível não é necessário convencer os professores, a trabalhar mais, ou mobilizá-los de forma espontânea, mas propiciar situações que permitam aprender a pensar a realizar o fazer pedagógico da forma coerente”.

O desenvolvimento do projeto político requer o conhecer à unidade escolar, conhecer a realidade da escola, da comunidade, requer diálogo, é necessário estabelecer comunicação continua com a equipe escolar, funcionários, ou seja, para a viabilização plena do PPP a equipe tem que caminhar lado a lado priorizando aquilo que já foi combinado, idealizado e planejado.

Com relação ao interesse no PPP, observam-se os docentes e técnicos administrativos empataram nas questões sim e não sei. 11% dos alunos sim, 21% não, 68% não sabem se a diretoria executiva tem interesse em aprovar o PPP no IFES. 86% dos diretores executivos expressaram que têm interesse em PPP coletivo/participativo, enquanto 14% responderam que não sabem.

O projeto político-pedagógico ocupa um papel central na construção de processos de participação, portanto, na implementação de uma gestão democrática. Envolver os diversos segmentos na elaboração e no acompanhamento do projeto pedagógico constitui um grande desafio para a construção da gestão democrática e participativa (BARSIL, 1997, p.22).

Quanto ao calendário escolar e plano curricular, 86% dos diretores alegaram que sim e 14% algumas vezes; 28% dos docentes informaram que participam, 18% disseram que muitas vezes, 35% afirmaram que algumas vezes e 19% não; 86% dos técnicos administrativos responderam que não e o 79% dos alunos responderam que nunca participaram da aprovação destas ações. Acredita-se que tudo o que se puder fazer no sentido de participar da elaboração de PPP, neste sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós, que é o de assumir esse país democraticamente. Freire (1987, p.78) concorda ao mencionar que “Tudo que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, no sentido de participarem um pouco do destino da escola”.

Constata-se que os técnicos administrativos e os alunos do IFES não participam do processo de tomada de decisão sobre planejamento e avaliação. Os diretores, 58% deles responderam que os técnicos administrativos e os alunos participam algumas vezes do processo de decisão. Os docentes 65% responderam que os técnicos administrativos e os alunos não participam do processo de tomada de decisão sobre planejamento e avaliação. Concordam com eles 60% dos técnicos administrativos responderam a mesma coisa, bem como 71% dos alunos. Gadoti (2004) diz que a construção coletiva do projeto político-pedagógico é um processo contínuo e dinâmico, que necessita ser realimentado cotidianamente. Exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola. A elaboração do projeto político-pedagógico precisa ser coletiva.

86% diretores executivos responderam que sempre acompanham os processos de avaliação interna e externa da escola; dos docentes 14% responderam que acompanham algumas vezes e 48% não acompanham; dos técnicos administrativos 30% acompanham muitas vezes, 34% algumas vezes e 32% não acompanham; com relação aos alunos 34% acompanham algumas vezes e 61% não acompanham.

Com relação à participação nas estratégias de desenvolvimento da comunidade escolar, 29% da direção afirmam que todos os setores participam, quanto 71% participam às vezes; 9% dos docentes sim, 27% muitas vezes e 48% algumas vezes. Os técnicos administrativos 45% responderam que participam muitas vezes deste processo, enquanto 48% dos alunos responderam que não há participação nessas estratégias. É de relevante importância tal preocupação, pois somente através do envolvimento de toda a comunidade escolar na elaboração do PPP, é que a mesma se sentirá no papel de acompanhar, participar, monitorar e sugerir ações que venham a enriquecer este, melhorando a Escola como um todo.

Já com relação à participação em parceria entre escola, pais e comunidade, 57% dos diretores responderam que sempre participam, 29% muitas vezes e 14% algumas vezes; os docentes 2% participam sempre, 18% muitas vezes, 47% algumas vezes e 33% não participam; 2% dos alunos participam sempre, 4% participam muitas vezes, 31% algumas vezes e 63% não participam. Salienta-se que os pais e a comunidade escolar precisam fazer parte e ter clareza da proposta pedagógica da escola, para que se sinta parte de sua identidade. Dalmas (1994, p. 21) pontua que para que seja realmente um processo participativo, é preciso participação nas responsabilidades de elaboração, execução e avaliação, e não apenas na execução. Este procedimento – a participação no processo global de planejamento repercutirá na vida da escola, modificando relações e influenciando positivamente o processo de tomada de decisões.

Ao serem questionados se a diretoria executiva propõe e acompanha a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros do IFES, a diretoria executiva, os docentes, os técnicos administrativos e os alunos apresentaram o seguinte resultado: 86% dos diretores responderam sim, 14% às vezes; 39% docentes responderam que sim, 33% às vezes e 28% não. Os técnicos administrativos, 64% responderam que sim, 23% às vezes e 13% não. No grupo dos alunos, 23% responderam que às vezes e 85% que a diretoria executiva não acompanha a aplicação de recursos. Nenhum dos alunos pesquisados respondeu que a diretoria executiva do IFES propõe e acompanha a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros. A participação aumenta o grau de consciência política, reforça o controle sobre autoridade e também revigora o grau de legitimidade do poder-serviço [...] quanto maior a participação na elaboração, maior a probabilidade de que as coisas planejadas venham de fato a acontecer. Todavia, quanto maior a participação, maior a dificuldade de lidar com a massa de dados e, sobretudo, de intenções, propostas, conflitos (VASCONCELLOS 2004, p.26).

Todos os membros da diretoria revelam que todas as decisões são realizadas com muita ética profissional; 25% dos docentes, 22% muitas vezes, 32% algumas vezes e 21% não acham que as decisões da diretoria executiva são tomadas aplicando a ética profissional; 30% dos técnicos administrativos responderam que sempre existe ética, 19% muitas vezes, 36% algumas vezes e 15% não concordam que as decisões são tomadas aplicando a ética profissional. Dos alunos entrevistados, 3% responderam que sim, 23%, muitas vezes, e 50% algumas vezes, enquanto 24% responderam que a diretoria executiva não toma decisões aplicando a ética profissional.

29% dos diretores disseram ser democrática a gestão no IFES e 71% participativa; 15% docentes responderam que a forma é democrática, 24% participativa, 22% autoritária e 39% deles avaliam como indiferente. 19% dos técnicos administrativos responderam que a forma é democrática, enquanto 43% acham a gestão participativa, e 13% a consideram autoritária e 25% classificam como indiferente. Entre os alunos entrevistados, 5% analisam como democrática, 23% participativa, 27% autoritária e 45% deles responderam que, para eles, é indiferente a situação da gestão escolar no IFES. Vasconcelos (2004) revela que acompanhar as atividades e avaliá-las leva-nos à reflexão, com base em dados concretos sobre como a escola organiza-se para colocar em ação seu PPP. A avaliação do PPP, numa crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicar, compreender criticamente as causas da existência de problemas, bem como suas relações, suas mudanças e se esforça para propor ações alternativas.

57% dos membros da diretoria executiva responderam que todos participam, 43% enquanto a comunidade, pais, alunos, professores e técnicos administrativos não participam na elaboração do PPP do IFES Dos docentes, 23% responderam que sim, porém 77% deles responderam que não. 87% dos técnicos administrativos entrevistados responderam que não existe participação de comunidade, pais, alunos e técnicos administrativos na elaboração do PPP. No grupo dos alunos, 92% deles também disseram que não existe esta participação, e somente 8% deles responderam que existe participação da comunidade, pais, alunos e professores na elaboração do PPP.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em resposta ao objetivo principal, conclui-se que a elaboração do PPP tem extrema relevância social na medida em que proporciona ao aluno a capacidade critica de analisar a sua realidade e propor melhorias. Com relação à organização do trabalho pedagógico é inegável que o PPP constitui-se na ação docente e na organização curricular, com a finalidade de alcançar o perfil do cidadão e sociedade desejada, tendo em vista que, esta visão faz com que os princípios educacionais se concretizem. Já com relação aos específicos, observa-se que a abordagem teórica foi impecavelmente discutida; notou-se que o PPP era elaborado basicamente pela diretoria, se o PPP exige participação e integração da comunidade para alcançar os objetivos educacionais conclui-se que a gestão não estava conduzindo o trabalho coletivo idealizado e que a proposta de PPP que inclua Educação problematizadora para a Educação técnica que, com base nos ensinamentos do autor Paulo Freire foi contemplada.

Pelo exposto, conclui-se que o IFES é um Centro de Educação compromissado com a Educação do cidadão e tem como objetivos principais a sua instrução e a sua formação, ensinando ao educando ser participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Entretanto, esses compromissos podem ser alcançados com melhor qualidade quando integrados e articulados aos objetivos administrativos e pedagógicos aliados a um PPP saído do *chão* da escola, através de seus segmentos escolares.

No IFES, as metas traçadas no plano de desenvolvimento da instituição permitiram esperar por uma continuidade de ações com vistas à continuidade das políticas centenárias que inter-relacionam trabalho e Educação.

Levando-se em consideração o *desmantelamento* da ETFES, tendo como parâmetros as condições impostas pelo projeto neoliberal para o Brasil - parte de um campo muito maior de substituições no modelo de manutenção da produção capitalista -, é possível entrever, no IFES, a continuidade das políticas públicas federais para a Educação profissional no Espírito Santo, embora o alvo dessas políticas tenha dividido o foco de atenção, de acordo com o decreto nº 2.208/97.

No período em que aconteceu a transformação da ETFES em CEFETES, o valor histórico da ETFES para a Educação profissional no Estado motivou um grau de incompreensão quanto ao futuro do sistema IFES. Contudo, a instituição fincou profundas raízes no Estado, confundindo sua história com a própria história do ES, e já é necessário pensar em sua relevância para a contribuição do incremento da economia das regiões capixabas, sua população e as tendências das políticas federais para Educação profissional no conjunto nacional.

Para operacionalizar a leitura do mundo, na perspectiva da Festa da Escola Cidadã, sugere-se alguns possíveis passos[1](http://www.webartigos.com/admin/article/list/preview/?ART_ROOT_ID=147238" \l "sdfootnote1sym): discutir com a comunidade escolar o significado dessa festa; constituir uma comissão que organize e coordene esse processo na escola, em sintonia com os outros colegiados escolares; criar espaços para que toda a comunidade escolar possa decidir sobre como será a festa em todas as suas dimensões; definir responsabilidades, atribuições, cronograma das ações e oferecer formação aos membros da comissão da festa para melhor qualificar a sua atuação na mesma; socializar a experiência na própria escola, com outras escolas e ampliar essa troca em relação ao nível interescolar, municipal etc.; ampliar a comunicação na escola e dar retorno permanente (*feedback*) à comunidade escolar sobre o resultado dos trabalhos e das atividades desenvolvidos, inserindo-a na avaliação dialógica desse processo; analisar e interpretar permanentemente os resultados parciais da leitura do mundo, especialmente nas suas dimensões social, política, ambiental, econômica, enfim, cultural, realizando a transposição do resultado desse trabalho para o marco referencial do PPP da escola, no qual se registram a visão de mundo da comunidade escolar, suas utopias e seus sonhos de uma escola melhor e atualizar o direcionamento do olhar em relação a determinados enfoques e dimensões que se deseja pesquisar e/ou aprofundar, tornando a festa um evento permanentemente atualizado em suas linguagens e atividades.

Desse modo, algumas questões são sempre recomendadas, por exemplo, como ampliar a leitura do mundo, quais as características das dimensões administrativa, pedagógica, financeira, social e cultural da escola e da comunidade, os olhares dos vários segmentos escolares estão sendo contempladas, quais perguntas já foram feitas e as que ainda não foram feitas, privilegiando as respostas às perguntas como resultado da maioria dos sujeitos escolares, em detrimento do modelo atual, em que essas respostas resultam de uma consulta mínima, pouco representativa, se comparada à amplitude da relação entre escola e comunidade.

O PPP da escola, partindo dessa *leitura do mundo* e assim construído, contribui para a definição das políticas públicas educacionais e para a necessária continuidade administrativa. Metas e objetivos são definidos e avaliados para períodos que transcendem a duração dos mandatos dos cargos públicos, executivos ou legislativos. O PPP da escola pode ser pensado, por exemplo, para uma duração entre dois a dez anos ou mais, dependendo da capacidade dos seus segmentos e de sua comunidade de resgatar as experiências instituídas, considerar as vivências do presente e pensar o futuro.

O caminho aqui sugerido procura contribuir com a construção da autonomia da escola, dos educadores e dos educandos como agentes curriculares e, em uma dimensão mais ampla, com a autonomia da própria sociedade. Construir o PPP da escola, na perspectiva da Escola Cidadã, implica a construção do projeto de uma sociedade que, dessa maneira, também pode tornar-se mais bela, prazerosa, aprendente; enfim, mais justa e solidariamente humanizada.

Caberá à comissão central do PPP como *coordenação do esforço humano coletivo*promover um clima institucional saudável, onde as pessoas se sintam responsáveis pela escola, pelos seus fins últimos de formar cidadãos criativos, construtores e transformadores da sociedade e a articulação harmônica entre os fatores materiais e humanos, ou seja, aqueles recursos que a escola tem para atingir os seus objetivos de ensino e da aprendizagem dos seus alunos.

Poderá a coordenação do PPP lançar mão de métodos e técnicas de administração sem, contudo, descaracterizar a sua essência e especificidade de instrução e formação e sem transformá-la em uma organização empresarial que visa apenas à produtividade, não aceitando o conceito produtivista de escola, impingido pelas políticas públicas da Educação neoliberal.

Parte-se da premissa de que a escola deve formar os alunos para a vida, isto é, dar instrução e formação para o cidadão poder ser ator de sua história, mesmo estando esta condicionada a outras inúmeras circunstâncias. O resultado final, portanto, é formar o aluno como cidadão, consciente e capaz de decidir o seu destino. Implementar o PPP aqui preconizado requer uma ruptura com o *status quo*, persistência e vontade de todos os atores envolvidos e, principalmente, o compromisso político com uma Educação emancipadora.

Como um ponto de reflexão importante para os educadores, não se pode deixar de referenciar o poder transformador do conhecimento e da Educação. A escola não é apenas e tão somente a reprodução da sociedade, mas por meio dos seus movimentos, entendidos inclusive pela ação dos seus profissionais, pode quebrar as cadeias da reprodução social. Essa é uma opção política do educador.

A partir desse estudo, pode-se concluir de que maneira o IFES deverá agir ao construir o seu PPP: não como se estivesse diante de um marco teórico ou de uma lista de desejos para onde caminhar e, sim, diante de um processo de tomada de decisões a partir da análise da prática e da realização de um projeto de melhoria da escola que leve em consideração o que os professores dessa escola deverão vincular ao seu PPP para a melhoria da escola, entendida como a capacidade da instituição para ampliar de maneira simultânea a aprendizagem dos alunos e da comunidade escolar.

Essa posição leva o autor a mencionar que o PPP deve estar vinculado à melhoria da escola e esta, por sua vez, à mudança educativa, uma mudança que, a partir da experiência de quem se propôs a mudar sua imagem na comunidade e a introduzir mudanças globais em pouco tempo (algo que, por outro lado, não é simples de se conseguir) -, pode ter as seguintes características: Há um grupo que lidera a proposta de melhoria e nela acredita, sendo esse grupo é que pode possibilitar, juntamente com os professores, o começo das mudanças das condições nas quais os professores e os alunos realizam a sua atividade.

O grupo pode começar trabalhando a mudança de expectativa: diante de quem pensa que não se pode fazer nada para melhorar, defender que isso é possível, de que estes atores do conjunto não agem ingenuamente: antes reconhecem que a escola não está isolada e que é preciso conhecer a comunidade para estabelecer pontes.

Com as primeiras decisões, tentar-se-á criar um clima escolar não só positivo e acolhedor, mas também seguro. Opta-se pelo rompimento dos limites do que é uma escola: não é apenas um lugar para aprender, mas também para viver (melhor). Como a tarefa a ser realizada é grandiosa - e o passado doloroso -, a equipe que virá a liderar a melhoria deverá agir com o intuito de que os professores não se sintam sozinhos em seu empenho e, sim, apoiados em seu trabalho, em suas dúvidas e incertezas.

Pretende-se buscar os espaços para dar lugar às vivências e às emoções dos professores, do corpo técnico-administrativo e dos alunos. Pretende-se, ainda, que a escola não se feche atrás dos muros; ao contrário, se abra para a comunidade, tornando-se visível, fazendo com que os pais, as mães e os responsáveis também sejam ouvidos. Reconhece-se que ela não pode mudar sozinha, a comunidade e nem as condições de vida dos alunos, mas pode oferecer-lhes acolhida, afeto e apoio durante o tempo em que lá estiverem.

O PPP do IFES propor-se-á a criar pontes com a comunidade rompendo, assim, o isolamento da escola, preocupando-se com o que a comunidade pode oferecer à escola, mais do que a escola pode oferecer à comunidade. Parte-se da ideia de a escola precisa mostrar aos alunos que pode ser um lugar interessante para si e para suas vidas, um lugar não apenas para aprender, mas também para *ser*. Além disso, existe a possibilidade de que estes atores da comunidade do conjunto escolar vejam que o que fazem na escola é visível para a comunidade e revelam uma imagem positiva nos meios de comunicação.

Dessa forma, a coordenação do PPP do IFES não deve ter a pretensão de torná-lo um documento que reflita desejos e grandes palavras, transformando-se em um *lugar* da memória de uma realidade que será construída dia a dia, ou seja, um *lugar* no qual se pensa no caminho que será feito a partir da reflexão indagadora do conhecimento que é gerado na prática. O PPP não se transforma, assim, em um documento: é uma parte da vida da escola e uma proposta real para que todos os atores envolvidos, escola, comunidade e governo, continuarem melhorando e aprendendo e principalmente, responsabilizando-se conjuntamente e inferindo nos processos de tomada de decisões que a todos eles afetarão. Conclui-se, portanto, pela viabilidade da implantação de um PPP do IFES que contemple a participação de todos os atores envolvidos, diretoria executiva, corpo técnico-administrativo, professores, alunos, pais, responsáveis e a comunidade do entorno da instituição, com o apoio do atual Gestor Geral.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental, MEC/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª série)**. V. 1/10, Brasília, 1997.

CHIAVENATO, I. **Administração organizacional.** São Paulo: Atlas, 2003.

DALMAS, A. **Planejamento participativo na escola:** elaboração, acompanhamento e avaliação. Vozes. Petrópolis. 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M **Autonomia da Escola princípios e propostas**. 6ª ed. Cortez Editora, 2004.

VEIGA, L. P A. Inovações e projeto-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?**Caderno Cedes**, v. 23, nº 61, Campinas, Dez, 2002.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento:** projeto de ensino aprendizagem e projeto político-pedagógico. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2002.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Planejamento:** plano de ensino – aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertat, 2004.

**ANEXOS**

**ANEXO I – GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Amostra distribuída por gênero.

Fonte: Autor, 2008.

Gráfico 2 - Faixa etária

Fonte: Autor, 2008.

Gráfico 3 – Tempo de serviço.

Fonte: Autor, 2008.

Gráfico 4 – Titulação acadêmica.

Fonte: Autor, 2008.

Gráfico 5 – Nível no corpo técnico.

Fonte: Autor, 2008.

Gráfico 6 – Curso no CEFETES.

Fonte: Autor, 2008.

Gráfico 7 – Período de estudo.

Fonte: Autor, 2008.

Gráfico 8 - Autonomia da Diretoria Executiva

Fonte: Autor, 2008.

Gráfico 9 - Execução do PPP pela Diretoria Executiva

Fonte: Autor, 2008.

Gráfico 10 - Organização do PPP pelo CEFETES

Fonte: Autor, 2008.

Gráfico 11 - Participação no PPP do CEFETES

Fonte: Autor, 2008.

Gráfico 12 - Interesse em PPP coletivo/participativo

Fonte: Autor, 2008.

Gráfico 13 - Participação na aprovação do calendário e plano curricular

Fonte: Autor, 2008.

Gráfico 14 - Participação no processo de decisão, planejamento e avaliação

Fonte: Autor, 2008.

Gráfico 15 - Acompanhamento de processos e avaliação

Fonte: Autor, 2008.

Gráfico 16 - Participação nas estratégias de desenvolvimento da comunidade escolar

Fonte: Autor, 2008.

Gráfico 17 - Participação em parcerias entre escolas, pais e comunidade

Fonte: Autor, 2008.

Gráfico 18 - Acompanhamento da aplicação dos recursos pela diretoria

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, CEFETES, 2008.

Gráfico 19 - Ética da Diretoria Executiva

Fonte: Autor, 2008.

Gráfico 20 - Avaliação da situação da gestão escolar

Fonte: Autor, 2008.

Gráfico 21 - Participação da comunidade na elaboração do PPP

Fonte: Autor, 2008.

[1](http://www.webartigos.com/admin/article/list/preview/?ART_ROOT_ID=147238" \l "sdfootnote1anc)